

Réplica

Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS

Ano 28
Edição 89
Maio 2009



**Associação do Ministério Público
lança campanha de alerta
e mobilização contra o crack**

SIMONE MARIANO DA ROCHA

Entrevista com a nova procuradora-geral de Justiça

Página Central

EDITORIAL

Linha direta com os associados

A comunicação com os associados é uma importante tarefa da Associação e, por isso, com o passar dos anos novas formas de enviar informações foram criadas pela entidade. Mesmo assim, o Réplica, primeiro meio de comunicação da Associação, segue tendo função de destaque.

Nesta edição voltamos ao formato anterior, mantendo o papel reciclado e procurando sempre apresentar assuntos que despertem a atenção dos leitores. É nosso desafio identificar e levar ao associado o que de mais importante acontecer na esfera do MP gaúcho no intervalo entre cada edição.

Além das questões ligadas à atividade profissional, o Réplica espera poder aproximar associados identificados com os mesmos assuntos. Do esporte à música, da gastronomia ao cinema, da literatura ao teatro, da família ao convívio social, queremos estimular o estreitamento das relações e a troca de experiências.

Nesta edição, você irá conhecer uma das principais bandeiras da entidade: a campanha de Crack – Ignorar é o seu Vício? O Réplica também traz uma entrevista exclusiva com a procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, além de uma reportagem sobre os cinco anos da morte do promotor Marcelo Kufner, em Santa Rosa.

A publicação ainda apresenta matéria sobre o empenho da Associação em defesa do promotor Gilmar Bortolotto, apontado pela CPI do Sistema Carcerário como um dos responsáveis pela situação do Presídio Central, em Porto Alegre. E, em um enfoque mais descontraído, vai estimular o seu apetite, visitando a cozinha do procurador aposentado Adilson Silva dos Santos, um apaixonado pela gastronomia.

Boa leitura.

CRACK – Ignorar é o seu vício?

Mutirão de ações pelo Estado enfrenta os efeitos da droga e luta para evitar a dependência química

O consumo do crack no Rio Grande do Sul cresce de forma exponencial nos últimos anos, assombrando autoridades policiais, profissionais de saúde e familiares de dependentes. O problema, que atinge milhões de pessoas em todo o mundo, já criou milhares de vítimas, diretas ou indiretas, em solo gaúcho.

Inconformada com essa realidade, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) lança em maio um projeto de apoio a todas as iniciativas que visem aprimorar os meios de prevenção, tratamento e combate ao tráfico e ao consumo dessa droga no Estado. Intitulada *Crack – Ignorar é o seu vício?*, a campanha tem a intenção de aproximar diferentes ações e juntar forças em busca de soluções para este grave problema social. “Para alcançar nosso objetivo, atuaremos em quatro eixos: alerta e educação, sinergia, apoio a projetos e aferição de resultados”, explica o promotor Mauro Luís Silva de Souza, vice-presidente administrativo e financeiro da AMP/RS.

No evento de lançamento, dia 14, no auditório do Palácio do Ministério Público (Praça Marechal Deodoro, 110), em Porto Alegre, foi apresentado um vídeo com depoimentos de autoridades envolvidas com o problema, traçando um mapa da situação no Estado e revelando formas de enfrentamento. O rapper MV Bill, um dos fundadores da Central Única das Favelas (Cufa) e autor dos livros *Falcão – Meninos do Tráfico* e *Falcão – Mulheres e o Tráfico*, é o palestrante convidado para o evento. “Queremos trazer o relato de alguém que tenha proximidade com o ambiente onde

Foto: Manoel Soares



Dependentes escondem pedras na boca

está o centro nevrálgico do consumo e tráfico do crack, e a Cufa está presente em vários estados do Brasil, realizando trabalhos de conscientização e inserção social dos jovens”, justifica o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles.

Ainda no dia 14 de maio, durante a apresentação do projeto, foi lançada a exposição de fotos *BAK! Na Pedra a Sociedade Treme*, do coordenador da Cufa para a Região Sul, Manoel Soares, que registra o drama do crack entre quem vive na rua.

Expediente

Jornal da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Presidente: Marcelo Lemos Dornelles • **Vice-presidentes:** Mauro Luís Silva de Souza, Julia Ilenir Martins, Antonio Carlos Paiva Hornung e Mauricio Trevisan • **Conselho Editorial:** Leticia Viterbo Ilges e Nathália Swoboda Calvo • **Editora e jornalista responsável:** Cristina Bartholomay Oliveira – MTb 7829 (comunicacao@amprs.org.br) • **Textos:** Cristina Bartholomay Oliveira, Claudio Medaglia Júnior e Larissa Peres do Amaral • **Editoração eletrônica:** PenseDesign (www.pensedesign.com.br) • **Tiragem:** 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS – Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254-5300, www.amprs.org.br

Foto: Larissa Amaral

Responsabilidade Social

Está entre as funções da Associação do Ministério Público, como entidade do terceiro setor, contribuir para a evolução e o desenvolvimento da comunidade em que atua. Dentro desta visão, construiu uma cultura interna fundamentada em valores éticos e de respeito às pessoas e instituições. A campanha de alerta contra o crescimento do consumo do crack no Rio Grande do Sul é um dos projetos da entidade na área de responsabilidade

social. Além de buscar a conscientização da sociedade e dos agentes públicos, terá o papel de estimular iniciativas de enfrentamento desenvolvidas no Estado.

Aqui você vai ver como essa droga, que chegou com força e está causando estragos em todas as camadas sociais, sem distinguir idade, sexo ou classe econômica,



Mauro Souza

afeta diferentes setores da sociedade. Do mau desempenho escolar, passando pelos prejuízos na economia das empresas, uma vez que funcionários dependentes tendem a render menos

no trabalho ou até abandonar o serviço, a droga é o rascunho do caos. E como tal, precisa ser reprimida.

Droga deixa um rastro de devastação social

Ele surgiu como um tsunami. Em diferentes cantos do mundo, o crack vem deixando, há cerca de 10 anos, um rastro de violência, morte, dor e desespero. São crianças, adolescentes e adultos que, depois de iniciados no consumo, transformam o meio em que vivem de maneira deprimente.

Conforme a Secretaria de Saúde, o Estado disponibiliza mais de 500 leitos em 80 hospitais para o tratamento de desintoxicação. O número, entretanto, corresponde a 1% dos cerca de 55 mil usuários de crack no Rio Grande do Sul. "Até junho devemos chegar a 600 leitos novos para atender usuários do crack. Também estamos trabalhando com recursos priorizados pelo governo para pagar três mil vagas em comunidades terapêuticas, onde os pacientes ficam de seis meses a um ano. Além de triplicar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) para álcool e drogas", diz o secretário Osmar Terra.

Na esteira da dependência, a vulnerabilidade física e psicológica, o caminho aberto para a criminalidade justificada pela busca de recursos para sustentar o vício. E na origem disso tudo, o tráfico. De acordo com a Polícia Civil, em 2008 foram apreendidos 145 quilos de crack no Rio Grande do Sul. O número representa um aumento de 725% sobre o volume verificado três anos antes.

A situação se torna ainda mais alarmante se considerarmos os primeiros três meses de 2009, quando as apreensões da droga somaram 45 quilos. Nesse ritmo, chegaríamos ao final do ano com 180 quilos, nove vezes mais do que em 2005.

Para o delegado Luís Fernando Olivei-

ra, do Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico (Denarc), o problema não tem solução imediata. Exige estrutura para dar educação, centros de apoio e orientação às famílias, como prevenção. "Hoje, a Polícia prende traficantes todos os dias, mas isso não é suficiente. O arrefecimento das leis em relação ao consumidor alimenta esse mercado. Ele não pode ser punido, então sai em busca da droga, como querem os fornecedores", lamenta o policial.

Mas tratar da repressão, somente, não irá solucionar o problema, afirma Christian Nedel, titular da 1ª Delegacia de Polícia para Adolescente Infrator (Dpai), do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Deca). Segundo ele, que atua em uma área que corresponde a 11 dos 24 distritos da Capital, é crescente a ocorrência de atos infracionais que têm o crack como pano de fundo. Adolescentes de 12 anos circulam pelas ruas portando e comercializando a droga. "Nos primeiros 10 meses de 2008, apreendemos com adolescentes 132 gramas de cocaína, 2,5 quilos de crack e 4,1 quilos de maconha. Neste ano, a relação entre crack e maconha já está se invertendo, o que é assustador", analisa Nedel.

INICIATIVAS PELO ESTADO

Alertados com a crescente epidemia da droga, diversos municípios gaúchos já se mobilizam para buscar alternativas capazes de proteger suas comunidades. Há ações sendo desenvolvidas há anos, outras mais recentes, sempre provocadas pelo Ministério Público ou com a participação da

Instituição. Algumas iniciativas podem ser conferidas na Capital, em Rio Grande, Pelotas, São Sebastião do Caí, Montenegro, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Carazinho, Santa Maria, Rio Pardo, Caxias do Sul e Alvorada.

Em Porto Alegre, o Núcleo Operacional de Integração à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua (Noica) atua sob a coordenação da Promotoria da Infância e Juventude. "A rede de atendimento formada por Ministério Público, Brigada Militar, Polícia Civil, prefeitura e entidades privadas, reúne-se mensalmente para debater estratégias para proteção dos jovens em situação de rua e enfrentamento da epidemia do crack", observa a promotora Noara Bernardy Lisboa.

Criado pelo município em 2007, por provocação do Ministério Público, o Projeto de Implantação de Comunidades Terapêuticas prevê a disponibilização de 80 vagas, mediante conveniamento, para adolescentes de ambos os sexos. Já foram firmados convênios com a Comunidade Terapêutica Pacto, disponibilizando 24 vagas para adolescentes do sexo masculino, e com a Casa Marta e Maria, com 10 vagas para adolescentes do sexo feminino. Uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público para aumento do número de vagas, que são insuficientes está em andamento.

No bojo de inquérito civil instaurado em junho de 2008, estão sendo realizadas reuniões visando a estabelecer um fluxo de atendimento para crianças, com idade inferior a 12 anos, com dependência química, uma vez que estas não se beneficiam do tratamento em comunidades terapêuticas.

AMP/RS presente nas discussões em Brasília

Desde o início do ano, o presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, participou de várias atividades na capital federal envolvendo o Ministério Público e seus agentes. Em abril, esteve no encontro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção da Câmara dos Deputados com entidades de classe. Dornelles também fez parte do grupo que se reuniu em março com o deputado federal e relator da Reforma do Judiciário, José Francisco Paes Landim, para tratar de temas de interesse à atividade do Ministério Público.

A reunião com a Frente Parlamentar ocorreu no dia 28 de abril. O objetivo era definir os projetos de lei que devem ter prioridade de votação e deverão constar na pauta de convocação para o Dia de

Mobilização pela Reforma Política e Legislativa. Por sugestão das lideranças do Ministério Público, a Frente decidiu abrir o prazo para que as entidades estudem as propostas em tramitação no Congresso que tratam de corrupção e indiquem as mais importantes.

CONAMP

O projeto de aumento do teto salarial e o subsídio nacional estiveram na pauta das três primeiras reuniões da Associação Nacional do Ministério Público em 2009. Também foram discutidos mecanismos de defesa das prerrogativas do MP e ainda a participação de membros da Instituição em atividades político-partidárias. Este último tema não foi votado e permanece na



Foto: Conamp

Da esquerda para direita: presidente da Conamp, José Carlos Cosenzo; deputado Paulo Santiago; presidente da ASMMP, Humberto Ferri; deputado Francisco Praciano; presidente da AMP/RS, Marcelo Dornelles, e presidente da AMPRO, Marcelo de Oliveira

pauta para discussão pelas entidades em seus Estados. Participam destes encontros integrantes e assessores da Diretoria da entidade e os presidentes das associações do MP dos Estados e do Distrito Federal.

Reforma previdenciária preocupa membros do MP

A possível efetivação do Gestor Único da Previdência no Estado colocou novamente em alerta os membros da Associação do Ministério Público.

Diante disso, a AMP/RS mobilizou-se com intuito de esclarecer a situação à classe, colher as

principais demandas e buscar a adoção de medidas capazes de assegurar as garantias e prerrogativas dos promotores e procuradores de Justiça jubilados.

A comissão que trata de questões previdenciária voltou a se reunir para avaliar o novo cenário e estabelecer estratégias de atuação. No mesmo sentido, Dornelles e sua diretoria reuniram-se com o presidente da Ajuris, desembargador Carlos Marchionatti, e com a procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha.

No dia 23 de abril, o tema foi amplamente debatido durante o almoço dos aposentados, realizado todos os meses na sede campestre da entidade. Conforme o presidente Marcelo Dornelles, a situação



Foto: Claudio Medaglia

Comissão que trata de questões previdenciária voltou a se reunir para avaliar o novo cenário

exige mobilização e uma postura firme e independente. No encontro ficou definido que a AMP/RS encaminharia ofício à PGJ solicitando manifestação oficial sobre o tema. O documento foi enviado à Administração Superior do Ministério Público no dia 24 de abril.

AS PRINCIPAIS DEMANDAS

Entre as questões que foram levantadas no texto estão a necessidade de manutenção de rubrica própria na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a folha de pagamento dos inativos permanecer na Procuradoria-Geral de Justiça, a negociação política para a alteração da lei previdenciária destacando a autonomia administrativa do Ministério Público para a concessão das aposentadorias de seus membros, nos mesmos moldes da lei previdenciária de Santa Catarina e, ainda, possibilidade de ajuizamento de medida judicial para a manutenção dessas garantias, caso não haja sucesso nos pleitos anteriores.

Comunicação com associados e mídia

Foto: Larissa Amaral



Dentro das metas da nova gestão da AMP/RS, está a ocupação de espaços na mídia para divulgar as ações da entidade. Somente nestes primeiros quatro meses do ano, foram registradas 50 inserções da entidade em veículos de comunicação, através de entrevistas do presidente Marcelo Dornelles e membros da sua diretoria.

Além da participação na mídia, a AMP/RS procura manter seus associados informados sobre as ações realizadas pela entidade e principais acontecimentos através do site www.amprs.org.br e do Réplica On-line. Desde o início desta gestão (11 de dezembro de 2009), a Associação já postou 129 matérias e enviou, por e-mail, aos promotores e procuradores de justiça 20 edições da newsletter digital.

Um símbolo construído em 10 dias de Ministério Público

Tão fugaz quanto marcante foi a passagem do promotor Marcelo Dario Muñoz Küfner pelos quadros do Ministério Público gaúcho. Morto a poucos metros do local onde trabalhava havia 10 dias, na Promotoria de Santa Rosa, ele se tornou em um símbolo de dedicação para os colegas. Cinco anos depois do crime, a lembrança do jovem que ingressou na Instituição sonhando em defender a lei e os direitos dos cidadãos segue viva entre os que o conheceram.

Com quatro tiros de revólver calibre 38, Marcelo tombou na calçada da Avenida Rio Branco, em Santa Rosa, no início da madrugada de 14 de maio de 2004. Morreu pela arma de um policial militar que dirigia embriagado e não aceitou a voz de prisão dada pelo promotor.

Ao sair do trabalho, Marcelo teve a atenção despertada pelo barulho do choque do carro do soldado Heitor José Ávila contra uma árvore sobre a calçada, do outro lado da rua. Marcelo chamou a Brigada Militar e, quando chegou ao local, determinou que o condutor fosse levado para a realização de exame de teor alcoólico. Descontrolado, Ávila descarregou a arma contra o promotor, que chegou a ser socorrido, mas morreu durante o atendimento médico.

Condenado a 21 anos e seis meses

Fotos: Arquivo Relacionamento/MP



de prisão por homicídio qualificado, seis anos por porte ilegal de arma e munição e um ano e seis meses por dirigir embriagado, Ávila ficou recluso por quatro anos e oito. Desde dezembro de 2008, cumpre pena em regime

semiaberto no Presídio Estadual de Santo Cristo.

Entre os colegas do Ministério Público e a comunidade que acolheu o portoalegrense Marcelo Küfner em Santa Rosa, onde atuaria como promotor na área criminal, restou um sentimento ambivalente. A frustração pela perda de um profissional promissor e o reconhecimento pela dedicação com que ele começava a se integrar à sociedade. “Tão logo chegou à cidade, alugou casa, trocou a placa do carro, visitou a Polícia Civil e chegou a agendar o primeiro contato com o comando da Brigada Militar. Há muito em Santa Rosa que faz lembrar o nome dele”, afirma o promotor Janor Lerch Duarte, há cerca de um ano atuando no município onde aconteceu a tragédia.

A família tenta superar a perda e evita o assunto. Mas ainda em março deste ano, Küfner foi lembrado pelos colegas que



Placa homenageia Marcelo junto ao MP em Santa Rosa

ingressaram com ele no Ministério Público, em 2004. Foi em um jantar de confraternização pela data que o assunto veio à tona. “Era um momento de alegria para nós, e recordamos que ele, uma pessoa alegre, poderia estar conosco, assim como fizemos em outras ocasiões durante os dois meses em que fomos preparados para assumir nas comarcas às quais fomos designados”, comentou a promotora Karinna Licht Orlandi, que atua em Caçapava do Sul.

Para ela e os colegas, ainda que o autor tenha sido preso, julgado e condenado, ficou a sensação de que a pena foi pequena. “Sabemos que todos os ritos e etapas foram cumpridos dentro da lei, mas assimilar a idéia da progressão de pena para o autor de um crime hediondo, como foi o caso, é absurdo”, completou Karinna.

Nova revista fortalece identidade da classe

A Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul ganhará novo perfil no biênio 2008/2010 da AMP/RS. O conselho editorial, formado pelos promotores Charles Emil Machado Martins, Eduardo Ritt, Felipe Teixeira Neto e Pedro Rui da Fontoura Porto, com o procurador Luiz Inácio Vigil Neto na direção da revista, está buscando atualizar os conceitos da publicação, criada na década de 1940. “A revista, como tudo que vem do conhecimento intelectual, é um espaço em construção. Queremos que seja um espaço democrático de ideias, para a discussão científica e a pesquisa”, observa o procurador.

A publicação será quadrimestral com

edições nos meses de abril, agosto e dezembro. Haverá espaço para seções editoriais com artigos científicos de doutrinas nacional e estrangeira e a manutenção da seção para trabalhos de interesse institucional.

A cada ano haverá uma edição especial, com textos elaborados exclusivamente por membros do Ministério Público. A tiragem será aumentada, permitindo que a revista seja disponibilizada também a universidades, centros universitários e faculdades de Direito.

A AMP/RS espera a participação dos seus membros, com sugestões e opiniões,



Foto: Larissa Amaral

Vigil quer revista como espaço democrático

para que o novo formato represente a visão institucional do Ministério Público gaúcho.

Procuradora-geral aposta na renovação

Indicada pela governadora Yeda Crusius para suceder Mauro Renner, a nova procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, quer fazer de sua gestão um período de renovação de conceitos e práticas. Mas pretende também valorizar as conquistas já consolidadas em administrações anteriores do Ministério Público gaúcho. Aos 51 anos, ela tem pela frente o desafio de manter a classe unida e coesa nesse momento de transição.

Natural de Nova Prata, na Serra, neta de promotor e filha de desembargador, ingressou no MP há 19 anos, pela comarca de Itaqui, na Fronteira Oeste. Na cerimônia de posse, realizada no dia 3 de abril, se comprometeu a trabalhar pelo bem da sociedade e convocou os colegas a auxiliá-la na missão.

Cerca de 20 dias depois de assumir o cargo e experimentar a sensação de ter chegado ao mais alto posto no Ministério Público rio-grandense, Simone concedeu essa entrevista ao Réplica.

1. O que representa estar à frente do Ministério Público gaúcho?

Pessoalmente, uma grande honra, porque tenho consciência de que a investidura no cargo de Procurador-Geral de Justiça não só corresponde ao posto mais elevado da carreira do Ministério Público, mas também importa em posição de visibilidade e de reconhecimento além do que habitualmente qualquer um de nós poderia almejar como perspectiva individual. E, em termos profissionais, o cargo é de muita responsabilidade, a maior que já assumi, pelas expectativas sociais de que o Ministério Público é depositário e pelo desafio de dar continuidade ao desenvolvimento da Instituição e de responder positivamente à confiança de todos os participantes do processo de escolha. Por outro lado, sei que a minha escolha e nomeação também oferece a oportunidade para o amadurecimento da nossa convivência democrática, regime que tem, além da vontade da maioria e da legitimidade para

exercer a escolha, na alternância e no respeito ao regime da Constituição os seus principais pilares de sustentação.

2. Qual o perfil que a senhora pretende dar à Instituição?

O Ministério Público é uma instituição de Estado com o seu perfil plenamente configurado, pois temos missão, estrutura orgânica, prerrogativas de função e atribuições bem delineadas. No entanto, sempre há margens para a renovação e a melhoria, porque viver em democracia significa viver em permanente processo de aperfeiçoamento, notadamente em relação a como exercemos as nossas atribuições e quais os critérios que utilizamos para a definição das nossas prioridades, já que nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo, da mesma forma e em todos os lugares. Fazer escolhas, portanto, faz parte da nossa rotina de obrigações. O compromisso que assumi consiste em avançar na afirmação das conquistas já consolidadas, o que importa fazer com que as nossas escolhas respeitem a diversidade e as peculiaridades locais e regionais e que o diálogo interno e externo seja o instrumento mais usual para a realização de um ideário comprometido com a defesa do regime da democracia, do respeito à ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O Ministério Público deve ter o perfil, portanto, de uma instituição democrática, capaz de se renovar, de se integrar pelo cumprimento das suas obrigações e de se fortalecer pelo diálogo interno, com o cidadão e com a sociedade.

3. O que, na sua opinião, precisa mudar no Ministério Público?

Tenho a pretensão de trabalhar por um Ministério Público em permanente renovação, característica em que construir o futuro não tem o sentido de desprezar o passado, mas o de visualizar no proveito da experiência e na correta percepção do presente a oportunidade para o impulso de práticas transformadoras que decorram das necessidades e da realidade do Ministério Público.

4. Qual o maior compromisso do Ministério Público para com a sociedade?

O Ministério Público tem o dever de cumprir com a sua missão constitucional, da defesa do regime democrático, da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Todas as nossas ações e todos os nossos esforços devem concentrar-se em traduzir a razão da nossa existência em proveito da sociedade. Tenho colhido a im-

A AMP/RS e o pleito

O papel da AMP/RS durante a campanha dos candidatos ao cargo máximo do Ministério Público foi de facilitadora. Os três candidatos obtiveram acesso a todos os eleitores para a divulgação das propostas, através do mailing dos associados. A pedido dos proponentes, promoveu um debate na sede do MP, na véspera do pleito. Ainda durante a campanha, a diretoria da entidade entregou à Governadora do Estado dois ofícios assinados pelos presidentes da AMP/RS, Marcelo Dornelles, e Conamp, José Carlos Cozenso, defendendo a escolha do mais votado.

Após a indicação da nova procuradora-geral para o cargo, a entidade empenhou-se em preservar a Instituição, questionada publicamente devido à não escolha do mais votado da lista tríplice. Em visita recente à sede do MP/RS, os dirigentes da Associação colocaram a AMP/RS à disposição da procuradora-geral para apoiar a Administração Superior em todas as questões de caráter institucional.



Durante o debate, mediado pelo presidente da AMP/RS, os candidatos apresentaram suas propostas e responderam questões encaminhadas pelo público

Inovação sem desprezar o passado

Foto: Relacionamento MP

pressão de que os colegas, no cotidiano das suas atividades nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, recebem sinais muito precisos das expectativas da população a nosso respeito. O nosso compromisso, portanto, tem foco e orientação. Para o devido cumprimento, só nos resta planejar e organizar as nossas atividades sem nunca perder de vista a natureza do que nos justifica. É verdade que as demandas sociais muitas vezes ultrapassam a nossa capacidade de responder. Assim como nem sempre dispomos dos instrumentos para a imediata viabilização da necessidade reclamada. Por isso, o atual momento histórico exige que a realização das nossas obrigações seja permeada pela integração afirmativa com a sociedade. Ou seja, devemos compartilhar as nossas responsabilidades. Nesse contexto, a estratégia da partilha, da parceria, da associação, da busca da corresponsabilidade, pode fazer toda diferença. De qualquer forma, seja na modalidade de atenção direta às necessidades da população, seja pela nossa presença mediadora e verdadeiramente pedagógica na regulação dos conflitos sociais, seja como modo de indução e de exigência da oferta adequada das políticas públicas destinadas à satisfação das necessidades fundamentais da população, é fato que a nossa maior grandeza está na possibilidade de dar, em relação aos nossos interesses, prioridade à defesa do interesse social.

5. Existe uma meta a ser cumprida na sua gestão? Qual?

Posso falar nas metas programáticas, anunciadas como de radicalização da transparência como principal critério da gestão, do respeito à diversidade como pedra angular para a definição dos interesses institucionais, do estímulo à institucionalização de novos sentidos como forma de valorização da dignidade funcional e do primado do interesse público ditado pelo dever da garantia da ordem jurídica como princípio de orientação do planejamento e da atuação. São metas aparentemente arrojadas. No entanto, tenho convicção que podemos contribuir para transformar em realidade o imaginário que nos convoca e nos desafia.

“Internamente, temos uma pauta de assuntos a serem vistos, como os relacionados à gradativa retomada da mobilidade na carreira e à democratização do acesso ao exercício dos cargos da Administração, além da limitação do tempo no exercício de tal contribuição.”



6. A senhora pretende dar continuidade a projetos da administração anterior, como o Programa de Gestão Estratégica do Ministério Público (GEMP 2022)?

A elaboração do Mapa Estratégico do Ministério Público no transcurso da gestão administrativa presidida pelo Doutor Mauro Henrique Renner contou com a ativa participação de inúmeros colegas e servidores. As propostas sinalizam para as possibilidades do Ministério Público do presente e do futuro. Por isso, os projetos e programas em andamento não podem sofrer solução de continuidade, exceto eventual necessidade de reavaliação, fenômeno, no entanto, da natureza do próprio processo.

7. O que se deve esperar do Ministério Público nestes próximos dois anos?

Internamente, temos uma pauta de assuntos a serem vistos, como os relacionados à gradativa retomada da mobilidade na carreira e à democratização do acesso ao exercício dos cargos da Administração, além da limitação do tempo do exercício de tal contribuição.

Também integram a agenda os compromissos de compartilhar com os membros da Instituição a nossa capacidade de investimentos em obras e em formação dos recursos humanos, o gerenciamento de nossas rotinas administrativas, a interiorização do exercício de determinadas atividades meio e de regionalização de algumas atividades fim. Alimento, assim, o desejo de conseguir responder positivamente às expectativas dos colegas. No plano externo, como já referido, a ampliação do diálogo com os Poderes de Estado e o aperfeiçoamento da nossa comunicação com a sociedade e instituições são promessas cujo cumprimento está na pauta do que se pode esperar.

8. O que a senhora pretende deixar como marca de seu mandato?

Acredito em um Ministério Público moderno, democrático, atuante, independente e forte. Como primeira Procuradora-Geral de Justiça, trago comigo o desejo de tornar mais efetiva a prática de alguns valores essenciais às organizações contemporâneas, como o fortalecimento do sentido de pertencimento à Instituição e o respeito à diversidade, além da presença do afeto nas relações interpessoais. Nesse sentido será o meu trabalho e o meu esforço. O sucesso da gestão, no entanto, é dependente da cotidiana participação e envolvimento dos colegas. É o trabalho e o esforço de todos que fazem o Ministério Público. Sou dependente dessa colaboração. E sei que ela não me faltará.

Uma cruzada em defesa do promotor

Foto: Conamp

Quito meses depois de ter sido apontado no relatório final da CPI do Sistema Carcerário como um dos responsáveis pela situação do Presídio Central, em Porto Alegre, o promotor de justiça de Controle e de Execução Criminal, Gilmar Bortolotto, tirou um peso das costas. Afinal, teve de ver sua conduta analisada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília. Mas no dia 9 de março, a decisão unânime dos conselheiros pelo arquivamento do processo fez justiça à trajetória do promotor.

Concluído em julho de 2008, o relatório da CPI responsabilizou Bortolotto por omissão. Diante disso, a AMP/RS começou a se mobilizar ainda no ano passado em socorro ao promotor. Logo após a divulgação do relatório, o então presidente da entidade, Miguel Bandeira Pereira, publicou nota nos jornais. Outra ação importante ocorreu

este ano, durante a sessão do CNMP, em que o presidente da Associação, Marcelo Dornelles, fez uma sustentação oral aos conselheiros em defesa de Bortolotto.

Segundo Dornelles, a responsabilização do promotor causou indignação. Na sessão, o presidente da AMP/RS também criticou a postura dos membros da CPI em relação ao assunto: "A CPI perdeu a grande oportunidade de responsabilizar quem teria o poder de resolver, que tem o poder político e financeiro para desencadear ações e investimentos, que são de segurança pública".

As palavras de Dornelles precederam o voto do relator, conselheiro Sandro Neis, que norteou a posição dos colegas. "Não

há, no relatório final da CPI, qualquer fato concreto a indicar a responsabilização civil ou administrativa do promotor Bortolotto. O Ministério Público do Rio Grande do Sul vem constantemente atuando no sentido de melhorar a situação carcerária naquele Estado", completou Neis.



Em Brasília, Dornelles falou aos membros do CNMP

"O respaldo da AMP/RS foi decisivo"

Passado o turbilhão, Gilmar Bortolotto falou ao Réplica sobre o período desconfortável que enfrentou. Lembrou do constrangimento de ter o caráter questionado quando as acusações contra ele foram levadas ao conhecimento da opinião pública e ressaltou a importância de ter sido respaldado pela Associação do Ministério Público do Estado, assim como pelos colegas da classe.

Réplica – Depois de 11 anos de trabalho pela melhoria das condições do sistema prisional, o que lhe parece ser a maior dificuldade?

Gilmar Bortolotto – A situação chegou a esse ponto não por omissão do Ministério Público ou do Judiciário. O problema é a falta de investimento por parte do governo. Sem recursos e ações efetivas, não há como restaurar a dignidade no presídio. A atividade me fez amadurecer muito. Vi muita morte e injustiça no sistema prisional. Avaliei, inclusive, minha posição como promotor. Lá dentro há uma realidade com a qual a sociedade é condescendente. Não há

civilização. Naquele ambiente, a Justiça tem leis próprias. Concluí que não podia desistir.

Réplica – Como foi esse período desde a responsabilização pela CPI do Sistema Carcerário e a reunião do Conselho Nacional do Ministério Público?

Bortolotto – Embora eu soubesse que fiz tudo da forma correta e estivesse tranquilo em relação aos desdobramentos, há a maculação da imagem. Quando fui indicado pela CPI, não me senti injustiçado. Não houve políticos ou governador responsabilizados. Então a gente entende que é do jogo. O promotor está exposto e tem de assimilar a dificuldade.

Réplica – Que importância teve a atuação da AMP/RS em seu apoio?

Bortolotto – Importância total. Não somente em minha defesa, mas das prerogativas do Ministério Público. Quando a coisa cresce como aconteceu nesse caso, com Jornal Nacional e uma CPI te batendo, é fundamental ter o respaldo da entidade de classe. E a AMP/RS procurou me dar suporte desde o começo, com o Dr. Miguel (Bandeira Pereira), e agora, com o Dr. Marcelo (Dornelles).



Foto: Larissa Amaral

Sicredi reduz taxas de juros

Foto: Larissa Amaral



O presidente da Sicredi MP, Agenor Casaril

O Conselho de Administração resolveu reduzir ainda mais as taxas de juros praticadas nas operações de crédito, no sentido de permanecer cumprindo com sua missão: oferecer produtos e serviços com taxas mais atrativas do que as praticadas pela concorrência.

Os créditos são imediatos, podendo, a critério do associado, estabelecer o primeiro vencimento da prestação para até o terceiros mês subsequente ao da contratação.

As operações de créditos vinculadas à antecipação do 13º salário e do imposto de renda podem ser pactuadas para resgate em até 24 parcelas mensais e consecutivas. Essa modalidade permite que o associado não tenha que liquidar o saldo quando do crédito dos respectivos valores pelos órgãos pagadores.

Nos financiamentos para aquisição de veículos, novos ou seminovos, não é necessária a alienação do bem em favor da Cooperativa.

Todas as modalidades de crédito foram estabelecidas para atender aos interesses do associado. Porém, sendo da sua conveniência, outras formas estão disponíveis, bastando contatar com nossos colaboradores, pelos telefones 3254-5341, 3254-5343, ou diretamente na sede Cooperativa, no 5º andar da sede administrativa da AMP/RS, em Porto Alegre (avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501).

Intolerância máxima

Cláudio Brito*

À míngua de soluções mais criativas e distanciados da alternativa legal de forçar o Estado a cumprir seus deveres, levantam-se alguns em favor da ideia da rendição, da entrega de mais uma fatia do poder institucional à iniciativa privada. Há realmente tarefas que o que se convencionou chamar de mercado pode regular e atender. Outras, no entanto, são inimagináveis nas mãos de um proprietário que só vise o lucro como resultado de seu trabalho. Nada contra o lucro, esclareça-se desde logo. Tudo a seu favor, naquilo que for correto, adequado. Repulsa no que for exclusividade do Estado. Seria aceitável um Promotor estabelecido com seu escritório, cobrando honorários e contando no fim do mês o haver e o dever? Ou um fiscal fazendário. Quem sabe um Juiz. E não se confunda a hipótese com mediação e arbitragem, que, é bom lembrar, têm trazido alguns dissabores nos casos em que árbitros dão por aí alguns carteiros. Que tal a Polícia privatizada? Um gerente e um supervisor no comando da Brigada Militar? Quem responde a essas indagações alegando que são exemplos estúpidos, estapafúrdios (sempre achei interessante e sonora essa palavra), esquece que defender tais absurdos é o mesmo que sustentar como viável, justa e certa a proposta de privatização das cadeias.

Cuidar da execução penal é dever de todos. Temos uma lei que, apesar de respeitáveis opiniões em outro sentido, considero como bem feita e, mesmo publicada há um quarto de século, vai bem à frente da realidade medieval de nossas penitenciárias. Simplificar pedindo socorro ao mundo empresarial é mais uma vez enterrar legislação que nem chegamos a cumprir por inteiro. Onde estão as celas bem arejadas e com dimensões que impedem a servidão humana? Onde estão os conselhos das comunidades e todo o conjunto de assistências prometidas, ou melhor, assumidas por quem tem o compromisso de reeducar?

Assusta-me ver operadores do Direito vencidos pela barbárie, não conseguindo nada mais criativo que o modelo da concessão, ou parceria, se assim quiserem chamar. Vão acabar criando estação de pedágio em dia de visita de familiares de presos. O Estado tem que mandar licitar obras e prestação de serviços de manutenção e abastecimento. Assim deve ser com escolas, hospitais, delegacias, sedes de promotorias, foros e outros prédios públicos,

presídios inclusive. E pronto. Sei que pouco se pensa e com alguma dificuldade se admite, mas é necessário que sejam definidas as carreiras de Estado com mais clareza e prerrogativas. Servidores de todo o sistema de segurança pública, em todos os níveis, incluídos os agentes, monitores e diretores penitenciários, sem dúvida. E querem propor o oposto? E como será a venda de uma cadeia? Na Bolsa? Ou teremos uma companhia limitada?

Não se trata de intolerante essa minha posição de tão clara rejeição aos projetos mirabolantes que tenho lido. Intolerância máxima é o que tem vindo daqueles que pretendem que o Estado e a sociedade se livrem do peso inafastável de sermos todos, sim, devedores. Estamos atrasados com nosso débito social. Intolerância máxima, na verdade, é a que vem das comunidades que, consultadas, não aceitam que se construa perto delas um estabelecimento penal. E isso vem de longe, colabora para o resultado que aí está a nos incomodar e atemorizar, de uma crescente beligerância, fruto da reincidência e das fugas. Lembro-me que, há mais de 20 anos, em São Leopoldo, atuando como Promotor, acompanhei o Juiz José Guimarães Ribeiro a uma assembléia comunitária. Lá estavam servidores da Susepe e o Secretário da Justiça de então. A Prefeitura doaria o terreno e o Estado custearia a construção daquela que seria uma cadeia modelar. Fomos corridos a pedradas, literalmente, por moradores de um bairro que estava entre os dois ou três possíveis para a realização da obra. Ouço falar que, em 2011, se tudo correr bem, estará pronto um presídio para jovens adultos, obra federal, em um bairro distante daquele e da cidade, pois em zona quase rural e periférica. Daquela data até aqui, várias tentativas ocorreram, em São Leopoldo, Portão e outras cidades da região. Só se tem visto repelirem as propostas de construção e instalação de presídios. Primeiro temos que resolver esse impasse. Depois, discuta-se o modelo, custeio e tamanho da obra. Chamar o comércio e a indústria? Convocar alguém para lucrar com a privação da liberdade? Que se habilite algum bondoso empresário que pretenda, amanhã, assumir o Presídio Central ou qualquer outro, superlotado, fétido e insuficiente para abrigar provisórios e condenados.

* *Jornalista, Promotor de Justiça aposentado*

Sobre Direito e culinária

O virtuosismo no Direito se reproduziu também na cozinha. Aos 67 anos, o procurador de Justiça aposentado Adilson Silva dos Santos agora divide seu tempo em três frentes: a família, o escritório de advocacia e a gastronomia. Casado, com duas filhas e um neto, encontra sossego e prazer também à frente do forno ou do fogão.

Longe do terno e da gravata, dos livros de Direito e das ações com as quais lida há cerca de 40 anos, ele está à vontade vestindo um avental e salpicando farinha de trigo com páprica doce em um filé de salmão. É o começo de um prato que mistura sabores na medida certa e desafia qualquer dieta.

Ainda na juventude, na casa dos pais, Santos já gostava de cozinhar. Mas foi no começo desta década que a experiência ganhou forma. Como profissional liberal, passou a ingressar a Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno (Adhonet). E durante sua gestão como presidente da entidade, criou, com outros nove colegas, a Confraria do Sabor. São homens que, fora do ambiente profissional, têm no contato com a cozinha seu momento de terapia e relaxamento.

O grupo uma vez por mês. A cada ocasião, uma dupla é escalada para preparar o jantar e a sobremesa. “Só há duas regras. O prato deve ser pré-testado e aprovado pelos cozinheiros antes de oferecerem aos amigos. E a receita deve ser distribuída a todos por escrito” explica Santos.

As habilidades do procurador e dos colegas já foram testadas – e aprovadas – inclusive em ocasiões especiais. Em 2002, a Confraria do Sabor subiu a Serra e preparou, em Gramado, um jantar para cerca de 550 pessoas em benefício da Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Para aprender os requintes da arte na cozinha, o grupo se empenhou muito. Até um curso de culinária francesa foi ministrado aos integrantes da confraria. Foi uma espécie de faculdade para os amadores e amantes da boa mesa. E uma satisfação a mais para



Santos faz da própria cozinha um ambiente de lazer e satisfação

Marisa, mulher de Santos. “Aqui em casa, eu faço a comida do dia a dia. Mas quando recebemos visitas ou temos algum evento especial, é ele quem vai para a cozinha. E eu adoro”, brinca ela.

A formação tradicional fez de Santos um conservador também na cozinha. “Não experimento muito na hora de criar um prato. Mas quando vejo alguém preparando uma receita que me interessa, pergunto tudo”, observa. Foi assim, fruto da curiosidade e da simpatia de um ex-chef do Hotel Continental, que Santos chegou ao filé de salmão com purê de figos e de mandioquinha. Um prato leve e saboroso, cujo destaque é o contraste do doce do figo com o salgado da carne. É de comer ajoelhado.

Recorte e guarde



Salmão com purê de figos e purê de mandioquinha

INGREDIENTES

- 1 filé de salmão com a pele, sem escamas (+/- 200 gr)
- 3 ou 4 figos maduros
- 1 ou 2 figos em calda
- páprica doce (colorau)
- farinha de trigo
- limão
- sal a gosto (arisco com pimenta)
- óleo para grelhar
- 1 kg de mandioquinha lavada
- 40 gr de manteiga sem sal
- 40 gr de nata natural
- tabasco (opcional)

PREPARO

Liquidificar os figos até obter uma pas-

ta homogênea Reservar. Cozinhar as mandioquinhas em água fervente. Deixar esfriar e retirar a pele. Espremer as mandioquinhas e acrescentar sal, manteiga e nata. Bater até que forme um purê. Reservar. Retirar as espinhas do peixe. Regar com suco de limão e adicionar sal. Deixar por uma hora. Misturar a farinha com a páprica até que fique da cor do salmão. Aquecer o óleo em frigideira antiaderente, passar o filé na farinha com páprica e grelhar até que esteja cozido.

MONTAGEM

Fazer uma borda no prato com o purê de mandioquinha. No centro do prato colocar o purê de figos e sobre esta camada o filé de peixe. Aquecer o prato montado ligeiramente no forno de microondas (ou convencional).

GUARNIÇÃO OPCIONAL

ARROZ BIRO-BIRO

- 2 xícaras de arroz cozido
- sal a gosto
- 2 colheres de sopa de manteiga
- ½ xícara de presunto cozido picado
- 2 colheres de sopa de salsinha picada
- 3 ovos batidos.

PREPARO

Em uma panela, derreta a manteiga em fogo alto, junte o presunto e frite por 4 minutos. Acrescente os ovos e o sal e frite por mais 2 minutos, ou até ficarem secos. Acrescente o arroz e cozinhe por 2 minutos, ou até aquecer. Salpique a salsinha e sirva. (Receita tirada da revista Água na Boca).

O seu filme

Mário Cavalheiro Lisboa

As luzes estão acesas. As câmaras estão focadas em você. Isso não o impressiona, você está acostumado com a situação. Há muitos e muitos anos vem desempenhando seu papel. Você é o protagonista, o ator principal do seu filme. O mocinho. Os outros são coadjuvantes. A maioria dos coadjuvantes tem a sua simpatia. Outros não. Alguns, você gostaria que nem participassem de seu filme. Mas você não pode tudo, precisa ter um pouco de tolerância. Porém, muitas coisas você pode, ah, sim. Mesmo porque você é o diretor de seu filme. Você decide sobre o roteiro, o cenário, a trilha sonora, as tomadas de gravação. É certo que existem muitos contrarregas em seu filme, e não se pode desprezar a influência deles, já que muitos fogem ao seu controle. Porém, de uma maneira geral, quem manda em seu filme é você. Mas, afinal, qual a história de seu filme?

É um filme **romântico**? Você protagoniza uma bela história de amor como aquelas de antigamente, com roupas, hábitos e costumes conservadores, buquê de flores, música suave, paixão serena, fiel e duradoura, onde tudo começa e termina bem? Hã? Um exemplo a ser seguido pelos milênios a fora? Com intercorrências, é certo, pois a vida é dinâmica e não existem seres perfeitos, se é que alguém sabe o que vem a ser essa tal de perfeição. Mas, apesar de qualquer coisa que ocorra, a força romântica sempre prevalece, suavizando os percalços inerentes ao dinamismo da vida? É assim? Um romântico sem ser bobo?

Ou quem sabe seu filme é um **épico**? A vida está sempre a fustigá-lo das mais diversas formas, exigindo uma tranqüilidade que você não tem, uma coragem que você também não tem, mesmo assim você deve enfrentar um dragão por semana para se manter vivo, arriscando a pele em cada empreitada nova na qual se mete e, apesar do descrédito geral, às vezes até suportando ironia dos mais maldosos, você vai vencendo aos poucos a tudo e a todos? Você não se entrega? Nasceu para lutar?

Ou é um filme **Cult**? Você é uma pessoa um tanto diferenciada do resto da humanidade, ou pelo menos assim se julga, permanecendo sempre envolvida em dar-se uma explicação lógica, racional e profunda para todas as irrelevâncias do universo? E sofre com isso? Sim, sofre, porque você se acha um ser especial, dificilmente encontrando alguém com nível assemelhado ao seu com quem possa entabular um diálogo



Foto: Cinza Nicolini/Stock-XCING

inteligente? E se vê obrigado a falar sobre superficialidades a maior parte do tempo apenas para manter a sobrevivência, cultivar amigos e poder conviver com a humanidade de uma maneira geral? E gosta muito de ficar em seu canto, sozinho, na concepção de que uma pessoa profunda dialoga consigo mesma? Hã?

Ou quem sabe é um filme **policial**? Você é um caso de polícia, está sempre envolto em mistérios, segredos, meias-verdades? Você está sempre burlando as leis, as portarias, as normas de serviço, as regras de trânsito e as de educação e enganando o cônjuge, o cliente, o colega, o fisco, o chefe, o subordinado, a humanidade em geral? Você pratica vilanias as mais diversas, usando e abusando de todos os recursos a seu alcance para satisfazer seus instintos mais egoístas? Pode ser que muitas vezes você tenha prometido a si mesmo manter uma conduta mais ética, mas uma força interior nunca deixou intenções tão puras predominarem? E até se sente bem percebendo como é fácil enganar terceiros? E apesar dessa conduta dorme muito bem de noite? Você é assim?

Ou seu filme é um **drama**? Coitado, você é uma boa pessoa, dessas que fazem o mundo melhor, com quem todos querem conviver, mas a vida não lhe é simpática e amiúde tem lhe aprontado as mais diversas amarguras, verdadeiras fatalidades, sabe, daquelas sobre as quais nada se pode fazer, apenas crescer filosoficamente? Você perde aqui, leva um tombo lá, sofre uma emboscada acolá, e de vicissitude em vicissitude você vai conhecendo melhor os amigos, os inimigos e a indiferença da natureza? Hum? É isso?

Ou é um filme de **faroste**? Você já se levanta de manhã armado até os dentes e, ao menor sinal de contrariedade, saca

primeiro, derrubando, lesionando, torturando inimigos, amigos, familiares ou qualquer outro ser vivo que ouse embarçar suas mais corriqueiras metas? Com o passar do tempo sua fama vem aumentando cada vez mais, e você percebe isso na maneira com que muitas pessoas procuram evitá-lo? E aquelas que não podem evitá-lo, você percebe que na sua presença limitam-se a um tratamento formal, perdendo muito da espontaneidade? Você já deve estar consciente, e talvez até goste disso, de que é temido no ambiente de trabalho, no condomínio onde mora, nos encontros de família e em outros locais que frequenta, e que poucas pessoas estão dispostas a desafiá-lo para um duelo?

Ou quem sabe na verdade seu filme é **pornográfico**? Vamos falar baixo, você é muito sem-vergonhinho e só pensa naquilo, mantendo relacionamentos sem se preocupar com sentimentos, apenas por sacanagem, protagonizando uma película proibida para menores de trinta anos, que só pode ser exibida em salas especiais? Você utiliza de todo o engenho e arte, em qualquer ambiente em que esteja, na busca insaciável de novas conquistas, num frenesi alucinante, como se o mundo fosse terminar amanhã, e você acha que tem de aproveitar a vida, e em sua ótica é assim que se aproveita a vida? E que pouco lhe serviram de lição todas as coisas que já lhe aconteceram, até porque referida conduta sua tem o apoio de todos os seus psicólogos, psiquiatras e terapeutas da alma em geral com que já faz sessões, pois eles dizem o que você quer ouvir, já que você lhes paga bem? Hã. É isso?

Ou quem sabe tudo se resume a um filme **cômico**? Você tem uma boa índole, mas é um trapalhão, não leva nada a sério, trata de viver da forma que bem entende e nem está aí para a crítica especializada, a crítica genérica, a crítica marrom ou o síndico de seu prédio? Você, como todo mundo, comete erros, mas lhes dá uma conotação diferenciada, procurando rir de si mesmo, consciente de que a comédia interna é a melhor terapia que existe?

O certo é que neste momento você está em cena e não pode fugir de seu próprio filme. Mas, afinal, que filme é a sua vida?

O processo de eleição no Ministério Público iniciou ainda em fevereiro, quando foi publicado o edital com os nomes dos candidatos. Após o período de campanha, no dia 14 de março, foi escolhida pelos promotores e procuradores de Justiça a lista tríplice,

posteriormente entregue à Governadora, que indicou Simone Mariano da Rocha para o cargo.

Durante a campanha, coube à AMP/RS, como ocorre tradicionalmente, facilitar o acesso dos candidatos ao colégio eleitoral, além de promover o debate entre

eles. Este ano, também foi papel da Associação defender a Instituição em momento de grande exposição pública, devido à escolha da Governadora Yeda Crusius, que não nomeou o mais votado da lista.

A seguir algumas imagens deste processo eleitoral.

Fotos: Relacionamento MP



Foto: Alan Elly

Foto: Alan Elly